

**ATA**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice - Presidente da Câmara – Amadeu Artur Matos Portilha e Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram o Presidente da Câmara e os Vereadores Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Vice-Presidente da Câmara informou que o Presidente da Câmara se encontrava em Lisboa onde iria desenvolver reuniões com membros do Governo. -----

-----INTERVENÇÕES-----

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Cumprimentou todos os presentes e, particularmente, o Vice-Presidente da Câmara pela circunstância de presidir à presente reunião. Disse querer trazer um assunto que aqui já foi tratado sobre uma situação de uma habitação em Serzedelo, em que o seu proprietário, Luís Mendes Silva, reclama o abastecimento de água. Continuou, referindo ter abordado o assunto com o Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA que lhe disse não ser possível fazer a ligação por necessitar de passar por terreno privado, porque este

processo, que já se arrasta há muito tempo, teve recentemente uma decisão judicial desfavorável ao proprietário. Finalizou, dizendo que considerava que quando é emitida uma licença de habitabilidade está implícito, ou deve estar, a existência de abastecimento de água; **b)** – Disse ter tido conhecimento da remoção de quatro postes de iluminação que se encontravam instalados junto ao Parque de Jogos, em Selho S. Jorge, perguntando qual a razão dessa intervenção. -----

2 – Vereador António Monteiro de Castro – Perguntou se a Câmara Municipal havia recebido um convite da Associação das Festas de S. Jorge para participação na Procissão em Honra de S. Jorge, dirigido a toda a Vereação, referindo não ter participado por não ter recebido tal convite. -----

3 – Vereador André Coelho Lima – a) - Cumprimentou todos os presentes e, em especial, o Vice-Presidente da Câmara por estar a conduzir a presente reunião. Disse querer fazer um ponto prévio relativamente à intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro, subscrevendo-a concretamente na parte que respeita aos efeitos da emissão da licença de habitabilidade, em que a Câmara fica responsabilizada por todas as condições de habitabilidade. Contudo, disse que não deixa de ser difícil para a Câmara Municipal a circunstância de haver uma litigância judicial; **b)** - Disse considerar que há uma necessidade urgente de uma intervenção no Parque da Mumadona, tendo em vista prever o acesso a pessoas com mobilidade reduzida e com carrinhos de bebé; **c)** - Perguntou qual o ponto de situação da retirada de trânsito do Centro Histórico. Fez um histórico das declarações que foram prestadas pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador Amadeu Portilha neste domínio, considerando algumas delas contraditórias, referindo ser importante clarificar esta situação. -----



4 – Vice-Presidente da Câmara – a) - Disse que a situação da habitação de Serzedelo era complicada, referindo que, ao tempo, o licenciamento foi provavelmente emitido com base em pressupostos errados, pois não era conhecida esta situação de existência de um terreno privado que impedia a realização da obra de execução do ramal para abastecimento de água. Disse, ainda, que tudo se complicou ainda mais após a decisão judicial desfavorável ao cidadão Luís Mendes Silva e que impede a VIMÁGUA de atuar, prometendo diligenciar no sentido de que a situação possa ser resolvida com a anuência do proprietário do terreno em causa; **b)** - Sobre a retirada dos postes de iluminação disse que a iluminação pública daqueles postes havia sido desativada há mais de 10 anos, devido às reclamações dos moradores pela frequência do Parque de Jogos até muito tarde. Assim, e não sendo necessários no local, os postes foram retirados para serem utilizados noutro local. Finalmente, disse que se tal iluminação viesse a ser novamente reclamada pela população, que a Câmara Municipal reequacionaria a sua reinstalação; **c)** - Sobre os convites para a Procissão em Honra de S. Jorge, realizada no âmbito das Festas de S. Jorge, disse que iria procurar saber o que se tinha passado junto do Gabinete de Apoio à Presidência; **d)** - Sobre o Parque da Mumadona disse que concordava com a intervenção do Vereador André Coelho Lima, acrescentando ser um processo complexo e que o preocupa, tendo já solicitado à VITRUS, entidade que gere o parque, assim como à Divisão do Centro Histórico, que contactem o autor o projeto, Arq. Siza Vieira, para verificar o que se pode fazer para resolver esse problema. Igualmente referiu que, entretanto, foram equacionadas algumas soluções para minorar os incómodos pela dificuldade de acesso a pessoas com mobilidade condicionada e que os funcionários da

VITRUS no local têm-se disponibilizado para ajudar nas situações mais complicadas através da rampa de aceso das viaturas ao parque; **e)** - Sobre a retirada de trânsito do Centro Histórico começou por dizer que era importante clarificar que a Câmara Municipal nunca referiu a retirada, mas antes o condicionamento de trânsito, uma vez que o trânsito irá continuar a existir, embora com limitações. Disse que se recordava bem do que havia sido dito a este respeito, designadamente de que havia condições para que fosse condicionado totalmente o trânsito no Centro Histórico, mas que tal decisão necessitava de ser maturada com base num diálogo permanente com a população residente e os comerciantes, com inquéritos e estudos sobre o tema, entretanto efetuados, e que após esse período de consulta, diálogo e maturação, a Câmara Municipal tinha chegado à conclusão não estarem reunidas todas as condições tidas como indispensáveis para que esse condicionamento total se concretizasse nesta altura. No entanto, acrescentou que na próxima reunião de Câmara ia apresentar uma proposta de alteração ao regulamento de acesso ao Centro Histórico, por força das alterações resultantes da implementação do sistema de controlo de acessos por leitura de matrículas, e que preconiza já limitações significativas no acesso a esse local. -----

Pelas 10:30 horas ausentou-se a Vereadora Adelina Paula Pinto. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do Relatório Anual de Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA



REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a

seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação e beneficiação de arruamentos da rede viária municipal - 2016, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €2.155.579,18 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.03 do Plano Plurianual de Investimentos de 2015. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.155.579,18 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 5. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos: a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão

de Empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira – Técnico Superior da Divisão de Empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes: a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE LORDELO – CONCESSÃO DE APOIO – Presente a seguinte proposta: “Considerando a criação de um pequeno parque de lazer, na Avenida General Humberto Delgado, na Freguesia de Lordelo, junto à estação de comboios, por iniciativa da respetiva junta de freguesia e considerando o pedido de apoio à Câmara Municipal para aquisição de equipamentos de fitness, propõe-se ao executivo camarário a deliberação da atribuição de um apoio no valor de €3.500,00 (três mil e quinhentos euros). A presente proposta deverá ser submetida para deliberação à próxima Assembleia Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO PARA GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de Câmara de 10 de dezembro de 2015, sancionada pela Assembleia Municipal em sua sessão de



18 de dezembro de 2015, foi aprovada a celebração de um contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Selho S. Cristóvão para a "Gestão e manutenção do Campo de Jogos do Parque de Lazer de Selho", prevendo-se a transferência, para esse efeito, de uma verba no valor de €2.500,00, terminando o prazo de duração do contrato no próximo dia 31 de dezembro. A Junta de Freguesia, já depois destas aprovações, veio solicitar o reforço daquela verba tendo em vista realizar um conjunto de intervenções imprevistas, relacionadas com a reparação e a manutenção do campo e dos balneários, que se estimam no valor de €1.000,00. Neste contexto, proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal uma alteração ao nº 1 da Cláusula 2ª daquele contrato interadministrativo, passando a constar que a verba a transferir para a Freguesia é no valor total de €3.500,00." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE CREIXOMIL – ARRANJOS URBANÍSTICOS DA ZONA ENVOLVENTE DA IGREJA E DA CASA MORTUÁRIA – Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Creixomil solicitou a concessão de um apoio financeiro para as obras dos arranjos urbanísticos da zona envolvente da Igreja e da Casa Mortuária, tendo apresentado para o efeito um orçamento no valor total de €63.065,69 (IVA incluído à taxa legal em vigor). Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à análise e validação dos documentos apresentados. Assim, tendo em conta a importância e necessidade desta intervenção, que requalificará urbanisticamente a zona envolvente à igreja paroquial de Creixomil, Casa Mortuária e o novo equipamento paroquial

polivalente bem como possibilitará a disponibilização de espaço público qualificado à população, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Creixomil, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €63.000,00, destinado a financiar as obras dos arranjos urbanísticos da zona envolvente da Igreja e da Casa Mortuária, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do mesmo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO - DELIMITAÇÃO DE ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) PARA DIFERENTES ÁREAS TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente uma informação do Diretor do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento, que se anexa, relativa à delimitação de um conjunto de áreas de reabilitação urbana (ARU) que se projetam para o Município de Guimarães. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – Presente, para ratificação, o Protocolo de Cooperação celebrado com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tendo como objetivo a cooperação entre o Município e aquela entidade tendo em vista a consultoria e apoio técnico nas várias áreas do conhecimento e investigação, desenvolvidas pela UTAD, designadamente nos projetos designados por Laboratório da Paisagem e Incubadora



Rural, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - PROJETO DE REGULAMENTO DE ADMISSÃO E UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS CRIATIVOS DA PLATAFORMA DAS ARTES E DA CRIATIVIDADE – Presente

a seguinte informação: “A Incubadora de Empresas, doravante designada por Laboratórios Criativos, encontra-se integrada no complexo edificado designado por Plataforma das Artes e da Criatividade, cuja gestão é da responsabilidade do Município de Guimarães, através da Divisão de Desenvolvimento Económico. Tendo em vista a organização e funcionamento daquele equipamento municipal, pretende-se, agora, aprovar um Regulamento que visa estabelecer princípios e regras com vista à gestão e utilização da incubadora denominada “Laboratórios Criativos”. O objetivo primordial desta incubadora visa promover o empreendedorismo, apoiando a criação de empresas através de ações com acompanhamento técnico especializado; organizar iniciativas de identificação e atração de projetos ou empresas inovadoras que possam vir a beneficiar do apoio para pré-incubação ou incubação nos Laboratórios Criativos; promover a cooperação entre as empresas e entre estas e os parceiros que apoiem os Laboratórios Criativos; realizar acordos, protocolos e contratos com diversas entidades, com vista à realização de ações com os empreendedores, nomeadamente através de coaching, assessoria financeira e formação em várias áreas relativas à atividade económica. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 4 de fevereiro de 2016, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do

Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo, nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento. O presente projeto de Regulamento será, ainda, objeto de apreciação pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, mediante publicação no Diário da República. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, submete-se à aprovação da Câmara Municipal o projeto do REGULAMENTO DE ADMISSÃO E UTILIZAÇÃO DOS LABORATÓRIOS CRIATIVOS DA PLATAFORMA DAS ARTES E DA CRIATIVIDADE, em anexo, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” O projeto do Regulamento de Admissão dos Laboratórios Criativos da Plataforma das Artes e da Criatividade dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO. --- DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO C.A.R. – CÍRCULO DE ARTE E RECREIO** – Presente a seguinte informação: “O C.A.R. - Círculo de Arte e Recreio, com sede na rua Francisco Agra nº 17, desta cidade, solicita a cedência de mesas e cadeiras para apetrechamento da sua sede e que se destinam quer ao desenvolvimento das suas atividades culturais, quer ao



funcionamento da sua escola de música, uma vez que as que possui se encontram em mau estado de conservação. No armazém afeto à Divisão de Património Municipal apenas existem cadeiras provenientes da antiga Pousada da Oliveira, que poderão ser disponibilizadas. Desta forma, submete-se à consideração superior a doação, à referida entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de aceitação, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de **€640,00**. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
16 cadeiras de madeira com tampo em tecido de cor bege	€ 20,00	€ 320,00
16 cadeiras de madeira com tampo em tecido de cor azul	€ 20,00	€ 320,00
Total		€ 640,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A

CELEBRAR – Presente a seguinte informação: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi

aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa CONFECÇÕES MARIA MADALENA, LDA apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 37%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa VILLAFELPOS – COMÉRCIO E INDÚSTRIA TÊXTIL S.A. apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 41%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e



respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas CONFECÇÕES MARIA MADALENA, LDA e VILLAFELPOS – COMÉRCIO E INDÚSTRIA TÊXTIL, S.A. nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA PARTICIPAÇÃO DE 3 EQUIPAS DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS DAS TAIPAS E FRANCISCO DE HOLANDA NO IDRONE EXPERIENCE – Presente a seguinte proposta: “O Instituto Politécnico do Cávado e do Ave vai promover nos próximos dias 23,24 e 25 de abril, no Parque de Exposições de Braga, o IDRONE EXPERIENCE (evento nacional de DRONES) destinado a toda a comunidade nacional do sector, e em particular à comunidade educativa. O IDRONE EXPERIENCE integra um conjunto de atividades, designadamente uma competição de programação e robótica, corridas de destreza e agilidade, e workshops, que além de atrativo é pedagogicamente enriquecedor para os alunos do ensino secundário do nosso concelho, não só pela informação científica e tecnológica que lhes é proporcionada como também pela possibilidade que lhes é dada de construir e programar o seu

próprio DRONE. Dado que o custo com a inscrição/participação no evento, é de €200 por equipa, e as Escolas Secundárias das Taipas e Francisco de Holanda manifestaram o seu interesse em estar presentes no evento, vez que os custos com as inscrições dos alunos são elevados para os orçamentos daquelas escolas, propõe-se a atribuição de apoio financeiro de modo a viabilizar a participação de pelo menos 3 equipas. Perante o exposto, e considerando que estamos perante um evento com uma forte componente pedagógica e que constitui uma oportunidade de desenvolvimento e consolidação de conhecimentos científicos e tecnológicos para os alunos dos ensinos secundário, propomos, nos termos do n.º 2, alínea d) do artigo 23.º e, do n.º 1, alínea u) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que seja dado despacho de autorização de cabimento e compromisso para a atribuição de uma verba no valor de € 600, destinada a apoiar as despesas com a participação e o acompanhamento dos alunos daqueles 2 estabelecimentos de ensino, para pagamento das inscrições ao IPCA. À Consideração Superior.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - CASA DO POVO DE SERZEDO – SUBSÍDIO PARA PARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS COM AS OBRAS DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Serzedo solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a participação nas despesas com as obras de remodelação e ampliação do seu edifício, onde se encontra instalado um Posto Médico, no âmbito de um protocolo de cedência das suas instalações celebrado com a Administração Regional de Saúde, de forma a garantir a continuidade da prestação dos serviços de saúde à população da freguesia de



Serzedo, bem como das freguesias envolventes. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor de €178.977,29 (IVA incluído), de acordo com a quantificação em anexo, sendo que no ano de 2015 a Câmara Municipal atribuiu um subsídio no valor de €50.000,00. Contudo, constata-se que por si só a Casa do Povo de Serzedo não tem condições financeiras para fazer face à liquidação do valor total deste importante investimento, pelo que, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e do interesse público inerente, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €60.000,00, à CASA DO POVO DE SERZEDO, para a conclusão e comparticipação nas despesas com as obras de remodelação, ampliação do seu edifício, onde se encontra instalado um Posto Médico e onde passará a funcionar a Unidade de Saúde de Serzedo. O presente apoio é proposto, a título extraordinário, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho – DR 2ª série – Nº 136), bem como do disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, o subsídio em apreço será pago mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À BANDA MUSICAL DE CALDAS DAS TAIPAS – PROJETO DE REABILITAÇÃO e AMPLIAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DO JARDIM DE INFÂNCIA DO ASSENTO PARA ACADEMIA DE MÚSICA – Presente a seguinte proposta: “A Banda Musical de Caldas Taipas solicita um apoio financeiro para a realização do Projeto de Reabilitação e

Ampliação do antigo edifício do Jardim de Infância do Assento, atuais instalações da sua Academia de Música Fernando Matos, apresentando para o efeito uma proposta de honorários no valor total de €48.929,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O Departamento de Obras Municipais procedeu à análise dos documentos apresentados, tendo concluído que os valores indicados refletem corretamente a dimensão e natureza do projeto a executar. Assim, tendo em conta o inquestionável interesse público de que se reveste esta intervenção, pelo incremento que vai possibilitar às condições em que é ministrada a formação académica na área da música, proponho, ao abrigo do nº 6 do Art. 2º do Regulamento nº 606/2010 - Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães, a atribuição, à Banda Musical de Caldas Taipas, de um subsídio de €13.310,00, destinado a compartilhar nos custos de realização do Projeto de Reabilitação e Ampliação do edifício da sua Academia de Música.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - PEVIDÉM SPORT CLUBE – ATRIBUIÇÃO DE APOIO – Presente a seguinte proposta: “Considerando a filiação do Pevidém Sport Clube na Federação Portuguesa de Judo, em 2013, o esforço que o clube tem realizado para desenvolver a modalidade do judo, introduzindo mais uma valência importante na formação e crescimento dos jovens e considerando que foi encontrado um espaço polivalente para o desenvolvimento da modalidade, nas instalações da junta de freguesia, veio o Pevidém Sport Clube solicitar o apoio da Câmara Municipal para a aquisição de tatamis, de forma a reforça o apoio à formação desta modalidade, que neste local se encontra já com 18 atletas. O Judo é uma modalidade com alto valor educativo e pedagógico. Para



além de ser um desporto olímpico, é uma arte marcial que promove o desenvolvimento de altos níveis de resistência, força e flexibilidade, ao mesmo tempo que transmite técnicas eficazes de defesa pessoal. A interiorização dos princípios éticos do judo – delicadeza, cortesia, modéstia, coragem, respeito, sinceridade, controlo de si mesmo, honra, amizade – leva os atletas a aprenderem a competir respeitando regras e adversários, adotando comportamentos que os valorizam humana e socialmente. Assim, ao abrigo do nº6 do art. 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, propõe-se a atribuição do apoio financeiro no valor de €1.000,00 (mil euros) ao Pevidém Sport Clube.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 10:40 horas o Vice - Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Luís Mendes da Silva**, residente em Serzedelo, que veio expor novamente a situação da sua habitação, onde falta o abastecimento de água e saneamento. -----

De seguida, o cidadão **Alberto Fernandes** interveio para falar sobre as respostas que recebeu do Presidente da Câmara relativas a pedidos de informação no âmbito do Plano Diretor Municipal, dizendo discordar do conteúdo dessas respostas. Referindo a decisão da Assembleia Municipal de não permitir aos cidadãos o acesso às gravações, perguntou qual a posição da Câmara nesta matéria. -----

Sobre as intervenções o **Vice - Presidente da Câmara** respondeu: **a)** – Ao cidadão Luís Mendes da Silva explicou que se trata de um assunto complexo, recordando que o terreno entre a

sua habitação e a rede de abastecimento é privado, o que não permite a sua ocupação, contudo, acrescentou que o assunto está a ser trabalhado pelos respetivos serviços técnicos da Câmara Municipal; **b)** - Sobre as questões colocadas pelo cidadão Alberto Fernandes, disse que eram muito técnicas e que, naturalmente, os serviços responderiam. Quanto à decisão da Assembleia Municipal disse que este órgão não se iria pronunciar, por não ter competência para o efeito. -----

PELAS TREZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----